

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL

## Termo de Referência 94/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
94/2025	453860-MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL	LUIZ FERNANDO RIBEIRO BARBOSA	14/05/2026 15:20 (v 0.9)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		09.2025.00013171-8

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de materiais de expediente (fita adesiva, livro ata, pasta AZ, pasta catálogo para documentos, pincel atômico, porta lápis, *post it*, roller e cordão para crachá, cartão de aproximação e porta crachá) visando atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências contidas neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Documento de Formalização de Demanda (DFD).

CATMAT	Item	Especificação dos produtos	Unid.	Qtde. Estimada
617019	1	Fita adesiva, invisível, composta de filme de acetato e adesivo acrílico, com aproximadamente 12mm (admitindo-se 2mm para mais ou para menos) e no mínimo 33m de comprimento.	Unidade	1.115
483474	2	Livro ata, capa em papelão 1000g/m², folhas internas em papel branco, apergaminhado, 56g /m², 100 folhas numeradas e pautadas, medidas mínimas 220 x 320mm.	Unidade	300
486143	3	Pasta AZ, capa em papelão plastificado, cor tigrada ou preta, tamanho ofício, lombo estreito, medindo 34cm de altura x 28,0cm largura x 6,0cm espessura da lombada (admitindo-se 1cm para mais ou para menos),	Unidade	480

		com 2 argolas fixas de metal na contracapa, identificador em material plástico na lateral externa.		
405824	<b>4</b>	Pasta catálogo para documentos, em formato A4, com etiqueta de identificação na capa, com no mínimo 50 envelopes plásticos transparentes na parte interna.	Unidade	290
432764	<b>5</b>	Pincel atômico, corpo em material plástico, tampa na cor da tinta, secagem rápida, medindo aproximadamente 11cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), ponta arredondada, cor azul, composto de álcool e corantes, podendo ser reabastecido.	Unidade	475
266399	<b>6</b>	Porta lápis, canetas, cliques e lembretes confeccionados em material acrílico, cor cristal ou fumê.	Unidade	510
447926	<b>7</b>	<i>Post it</i> recado autoadesivos, removíveis, medindo 76mm x 102mm, embalagem contendo 1 bloco, com 100 folhas, cor amarela.	Unidade	7.800
631218	<b>8</b>	Roller para crachá, confeccionado em plástico rígido, cor azul royal.	Unidade	1.500
474051	<b>9</b>	Cordão personalizado para crachá, ambos os lados com dizeres: "MPMS - Ministério Público - Mato Grosso do Sul", cor azul royal, confeccionado em material poliéster de alta durabilidade, medindo aproximadamente 40 cm de comprimento e 20mm de largura. Acessório: argola para encaixe em roller clip.	Unidade	4.000
613463	<b>10</b>	Cartão de aproximação 125khz, padrão ISO, para impressão térmica (ambos os lados) sem furação para cordão, Dimensões: 85,5 x 54 x 0,76 mm;	Unidade	3.000
355409	<b>11</b>	Porta Crachá na cor azul, Dimensões de 8,6 cm x 5,4 cm, material plástico resistente, com espessura de 3mm.	Unidade	1.500

1.2. Os materiais objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3. O prazo de vigência contratual será de **60 (sessenta) meses**, contados de sua assinatura, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/21, com possibilidade de prorrogação em caso de apresentação de justificativa e comum acordo entre as partes.

1.3.1. Conforme consta no Estudo Técnico Preliminar da Contratação, justifica-se a contratação pelo prazo supramencionado, pois a possibilidade de vigência contratual quinquenal, amparada pelo art. 107 da Lei nº 14.133/2021 para contratos de fornecimento contínuo, fortalece a previsibilidade administrativa, permitindo planejamento orçamentário, redução do número de procedimentos licitatórios e consequente diminuição de despesas administrativas. Nesse cenário, a contratação plurianual tende a produzir ganhos econômicos significativos, seja pela estabilidade dos preços ao longo do contrato, seja pelo fortalecimento das relações com fornecedores, garantindo entregas regulares e manutenção dos padrões de qualidade exigidos.

1.3.2. A aquisição de materiais de expediente são essenciais para garantir o fornecimento contínuo desses itens em todas as unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS). Essa medida não apenas assegura a continuidade das atividades institucionais, mas também contribui significativamente para a criação de um ambiente de trabalho mais colaborativo, acolhedor e alinhado às boas práticas de qualidade de vida no trabalho, promovendo o bem-estar e a integração de todos os envolvidos.

1.3.3. A iniciativa de adquirir e fornecer esses materiais reforça o compromisso institucional do MPMS em valorizar seu corpo funcional, reconhecendo o papel fundamental de seus colaboradores para o cumprimento da missão ministerial. Proporcionar um ambiente de trabalho acolhedor, bem equipado e atento às necessidades individuais e coletivas é essencial para promover uma experiência laboral satisfatória e eficiente.

1.3.4. Além disso, a natureza rotineira e previsível do consumo desses itens demonstra a importância de uma contratação contínua, evitando desabastecimento que possam comprometer a regularidade dos serviços prestados. A forma continuada garante ainda maior planejamento logístico, controle de estoque e economicidade, além de reduzir a necessidade de procedimentos licitatórios frequentes.

1.3.5. Ainda, ao assegurar a disponibilidade regular desse item a Instituição fortalece a motivação de seus integrantes, otimizando o desempenho das atividades diárias, seja na análise de processos, atendimento ao público ou em ações de campo. Tal medida também é estratégica para apoiar a expansão do quadro de pessoal e das instalações físicas, garantindo que novos integrantes e unidades sejam devidamente atendidos sem interrupções na oferta desses insumos essenciais.

1.3.6. Desta forma, a contratação continuada para o fornecimento de materiais de expediente proporciona diversos benefícios à Administração Pública, destacando-se:

- Regularidade no abastecimento - garante a disponibilidade contínua de materiais essenciais ao funcionamento das unidades administrativas, evitando interrupções nas atividades institucionais.
- Melhor planejamento logístico e orçamentário - permite a previsibilidade de gastos ao longo do período contratual e facilita o controle de estoques, reduzindo desperdícios e compras emergenciais.
- Economia de escala - ao contratar em maior volume e por período prolongado, obtêm-se melhores condições comerciais e preços mais vantajosos.
- Redução da carga administrativa - evita a necessidade de múltiplas licitações para itens de consumo rotineiro, liberando recursos humanos para outras atividades estratégicas.
- Maior eficiência na gestão contratual - facilita o acompanhamento, fiscalização e execução, por concentrar o fornecimento sob contratos formalizados e planejados. Assim, a contratação continuada atende não apenas à demanda de consumo, mas também aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

1.3.7. Portanto, a aquisição desses materiais não se limita à simples reposição de estoques, mas traduz-se em um investimento no bem-estar coletivo e na manutenção de um ambiente de trabalho que favorece a produtividade, a colaboração e a excelência nos serviços prestados à sociedade.

1.3.8. Ao implementar essas medidas, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul reforça seu compromisso com a eficiência, a economicidade e a valorização do ambiente de trabalho. Essa iniciativa contribui para a entrega de um serviço público de excelência, refletindo o compromisso da Instituição com a sociedade sul-mato-grossense.

1.4. As licitantes que pretendem participar do certame devem ser cadastrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado (SICAF) no bojo do Portal de Compras do Governo Federal.

1.5. Nas contratações cujo valor ultrapasse R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a contratada deverá observar as exigências contidas na Resolução TCE/MS n.º 88/2018 (e alterações), em especial quanto ao cadastramento da empresa e de seu representante legal no "Sistema e-CJUR", para fins de remessa de peças relativas a esta contratação àquela Corte de Contas.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**2.1.** Aplica-se a esta contratação os termos e condições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e seguintes:

- Lei nº 8.078, de 11/09/1990, que dispõe sobre a Proteção do Consumidor e dá outras providências (Código de defesa do Consumidor);
- Lei Complementar nº 123/2006, institui a Estatuto Nacional da Microempresa e a empresa de pequeno Porte;
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que disciplina o tratamento de dados pessoais;
- Lei nº 10.406/2002, que institui o Código Civil;
- Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);
- Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):
  - NBR ISO – 14020:2002 (Ref. Rótulos e declarações ambientais);
  - NBR ISO - 14024:2004 (Ref. Rótulos e declarações ambientais – Rotulagem ambiental do tipo I);
- Normas do Instituto Nacional de Metrologia, qualidade e tecnologia (INMETRO);
- Resolução nº 6/2023-PGJ, de 14 de março de 2023, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito do MPMS;

### **2.2. Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**

**2.2.1.** Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), para a execução do serviço objeto desta contratação, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da contratada, tais como o número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual;

**2.2.2.** A contratada/fornecedora manifesta seu expresse consentimento quanto ao uso, pelo MPMS, das informações e dados pessoais, e os dados pessoais sensíveis, se for o caso, por ela repassados em decorrência desta contratação e/ou fornecimento, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018;

**2.2.3.** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações — em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis — repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual;

**2.2.4.** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

**2.2.5.** As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

**2.2.6.** A contratada/fornecedora se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, operadores, consultores, e/ou prestadores de serviços, ainda que não sejam destinatários do tratamento, nem parte do contrato, mas que, em razão do exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo;

**2.2.7.** O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul se responsabilizará por assegurar que todos os seus controladores, operadores e servidores, ainda que não sejam destinatários do tratamento, nem parte do contrato, mas que, em razão do exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo;

**2.2.8.** A contratada/fornecedora deverá observar a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, devendo adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo MPMS;

**2.2.9.** A contratada/fornecedora obriga-se a implementar medidas técnicas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, incluindo a capacitação regular dos seus colaboradores, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato está exposto;

**2.2.10.** A contratada/fornecedora, fica obrigada a comunicar ao MPMS, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

### **2.3. Da Política Antifraude e Anticorrupção**

**2.3.1.** A contratada/fornecedora manifesta ciência da existência da Política Antifraude e Anticorrupção do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Resolução nº 024/2021-PGJ, de 1º de julho de 2021, podendo acessá-la por meio do endereço eletrônico <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas>;

**2.3.2.** As partes se comprometem, durante a execução do objeto, a atuar em conformidade com a Política Antifraude e Anticorrupção do MPMS (Resolução nº 024/2021-PGJ, de 1º de julho de 2021), o Código de Ética e de Conduta dos servidores do MPMS (Resolução nº 025/2021-PGJ, de 1º de julho de 2021.); a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), de 19 de agosto de 2013, o Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, cumprindo as determinações e diretrizes desses documentos na realização de suas atividades;

**2.3.3.** As partes, sob as penas previstas na legislação, devem observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis contra a fraude e a corrupção;

**2.3.4.** Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da fornecedora, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

**2.3.4.1.** Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, nos termos do Decreto nº 11.129/2022, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

**2.3.4.2.** Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013.

## **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A Fundamentação da Contratação encontra-se descrita no Estudo Técnico Preliminar, que se encontra no bojo do processo administrativo.

## **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**4.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se descrita no Estudo Técnico Preliminar, que se encontra no bojo do processo administrativo.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Não será exigida garantia de execução do contrato, mas o contratante poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada.
- 5.2. Não transferir a terceiros, nem subcontratar o objeto.
- 5.3. Não serão aceitos itens que não atendam fielmente às especificações solicitadas.
- 5.4. Os materiais deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas para a conservação e o armazenamento, em embalagens originais do fabricante, devidamente lacradas e identificadas.
- 5.5. Os equipamentos/materiais ofertados deverão ser novos, sem uso, pertencer à linha atual de produção do fabricante, sendo que a comprovação será realizada por meio de catálogo, folder, site oficial ou declaração do fabricante ou do fornecedor.

## 6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 6.1. Não poderão disputar este certame ou participar da execução do contrato ou instrumento equivalente, direta ou indiretamente:
  - 6.1.1. Pessoa física, nos termos do art. 3º, parágrafo único, da Resolução nº 29/2022-PGJ, de 5 de julho de 2022;
  - 6.1.2. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, considerando que o objeto, por se tratar de bem comum, não exige peculiaridades técnicas diversas e, portanto, as empresas interessadas em participar do certame podem fornecer os produtos/realizar os serviços sozinhas, ou seja, sem a necessidade de contrato prévio com outras empresas para assumir as obrigações contratuais (sejam técnicas ou logísticas);
  - 6.1.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
  - 6.1.4. A pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 6.1.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 6.1.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 6.1.7. A pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 6.2. O impedimento de que trata o subitem **6.1.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- 6.3. Em cumprimento ao disposto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, a licitante participante, provisoriamente classificada em primeiro lugar, quando convocada, deverá apresentar as Certidões Negativas referente ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, ambos mantidos pela Controladoria-Geral da União;
- 6.4. Para fins de formalização de contratação, bem como nas prorrogações de prazos de vigência de contratos, será exigida a apresentação das Certidões Negativas mencionadas no item anterior.
  - 6.4.1. Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes do edital, o lance é considerado proposta;

6.5. Nos preços cotados deverão ser computadas todas as despesas incidentes sobre o bem, ficando vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação de custos;

6.6. A validade da proposta apresentada pela licitante não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A contratação do objeto dar-se-á mediante a celebração de contrato entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e a contratada;

7.1.1. A contratada será cientificada e deverá efetivar a assinatura do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias, a contar de sua ciência;

7.1.2. O prazo da assinatura do contrato, a critério da Administração, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado pela adjudicatária durante o transcurso do prazo inicial, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.

7.2. A ordem de fornecimento, após a expedição, será encaminhada à contratada por e-mail.

7.3. O objeto deverá ser entregue no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, após a confirmação do recebimento da Ordem de Fornecimento via e-mail, cuja contagem se dará nos moldes estabelecidos a seguir:

7.3.1. A contagem dos prazos observará o previsto no art. 183, da Lei 14.133/2021, de forma que serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, considerando-se o dia de começo do prazo o primeiro dia útil seguinte ao envio do documento por correio eletrônico.

7.4. Os objetos deverão ser entregues no Departamento de Material e Patrimônio do Contratante, situada nesta Capital, na Rua Lília Oshiro, n.º 105, Carandá Bosque, CEP: 79031-005.

7.5. A data e o horário da entrega em dias úteis (de segunda-feira a sexta-feira, das 13h às 17h) deverão ser agendados com 02 (dois) dias úteis de antecedência junto ao Departamento de Material e Patrimônio do Contratante, por meio dos telefones (67) 3318-3980/3318-3981 ou via endereço eletrônico, quais sejam: dial@mpms.mp.br e patrimonio@mpms.mp.br.

7.5.1. A Contratada poderá protocolar pedido de prorrogação de prazo, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis em relação ao término do prazo de entrega, desde que devidamente justificado e instruído com a documentação comprobatória das razões que motivaram o atraso no cumprimento de suas obrigações. O pedido será submetido à análise da Administração.

7.6. Os materiais deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas para a conservação e o armazenamento, em embalagens originais do fabricante, devidamente lacradas e identificadas.

### 7.7. O objeto será recebido da seguinte forma:

**7.7.1. Provisoriamente**, de forma sumária no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações exigidas;

**7.7.2. Definitivamente**, realizar-se-á no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia imediatamente posterior à formalização do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações exigidas, devendo ser substituídas no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9. Todos os itens deverão atender rigorosamente às especificações contidas no Estudo Técnico Preliminar, neste Termo de Referência, Anexos e no Edital da Licitação; A entrega destes fora das especificações indicadas, implicará a recusa por parte do Ministério Público Estadual – Procuradoria-Geral de Justiça, que os colocará à disposição da empresa vencedora para substituição.

7.10. Nos casos de substituição do produto, iniciar-se-ão os prazos e procedimentos estabelecidos nestas condições de recebimento.

7.11. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o item foi entregue em desacordo com as especificações, à quantidade e à qualidade, sinais externos de avaria de transporte, ou defeitos de funcionamento a contratada será notificada por escrito para proceder com a substituição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sem ônus para a Administração, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

7.12. Caso o material não seja retirado no prazo definido, será considerado abandonado e o MPMS dará as destinações que julgar pertinente. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.14. O fornecimento de bens se dará sob demanda, sendo solicitados por meio de ordem de fornecimento/serviço, de acordo com os quantitativos necessários ao atendimento dos interesses da Administração, bem como condicionados a disponibilidade orçamentária.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. Poderá ser realizada reunião inicial de alinhamento entre o Gestor, Fiscais e Representantes da contratada, momento no qual as partes serão apresentadas e irão dirimir eventuais dúvidas relacionadas ao objeto.

8.2. A Gestão e Fiscalização do Contrato caberão aos servidores, que serão designados formalmente por meio de portaria específica.

8.3. A atuação de Gestores e Fiscais observará o disposto na Resolução nº 02/2023-PGJ, de 8 de março de 2023, que disciplina os procedimentos de Gestão e Fiscalização Contratual no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, sem prejuízo da aplicação de outras normativas correlatas.

## **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**9.1.** O pagamento será efetuado, por meio de ordem bancária a favor da contratada, em até 15 (quinze) dias, após a nota fiscal /fatura ter sido devidamente atestada por servidores do Setor Demandante.

**9.2.** Para a hipótese de pagamento após o prazo supramencionado, de forma injustificada, o valor constante no documento fiscal deverá ser corrigido monetariamente “*pro rata die*” com base no IPCA-IBGE ou outro que vier a substituí-lo, e acrescido de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, também calculado “*pro rata die*”.

**9.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

**9.4.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *online* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**9.5.** Poderão ser solicitadas à fornecedora/contratada o envio de documentos complementares não constantes no SICAF.

**9.6.** O MPMS realizará consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



**9.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do MPMS.

**9.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.9.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**9.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS SELEÇÃO FORNECEDOR**

**10.1.** A contratada será selecionada por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

**10.2.** Será adotado para o envio de lances o modo de disputa aberto e fechado em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado;

**10.3.** Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, nesta ordem estabelecida:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

**10.3.1.** Para fins do disposto na alínea “c” do item anterior serão consideradas ações de equidade, respeitada a seguinte ordem:

- 10.3.1.1.** Medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;
- 10.3.1.2.** Ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;
- 10.3.1.3.** Igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;
- 10.3.1.4.** Práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;
- 10.3.1.5.** Programas destinados à equidade de gênero e de raça; e
- 10.3.1.6.** Ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

**10.3.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no estado de Mato Grosso do Sul;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação da mudança do clima, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**10.3.3.** Conforme disposto no artigo 28, § 2º, da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022, alterada pela Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79, de 12 de setembro de 2024, permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

**10.4.** Na fase de análise das propostas apresentadas pelos fornecedores, o certame poderá ser suspenso para fins de análise técnica pormenorizada do item por parte do Setor demandante e emissão de manifestação técnica conclusiva.

**10.4.1.** As licitantes deverão apresentar juntamente com a proposta o manual, catálogo ou ficha técnica, declaração(ões) complementar(es) com reconhecimento de firma (se necessário), ou ainda indicar o endereço eletrônico do fabricante do produto, onde constam tais informações, para fins de análise técnica pormenorizada por parte do setor demandante;

**10.5.** Somente serão aceitas as propostas em que sejam ofertadas o quantitativo total de itens solicitados pelo Órgão.

## **10.6. Da Participação de ME e EPP**

**10.6.1.** Não obstante os dispositivos da Lei Complementar nº 123/2006 que regulamenta o comando constitucional contido no artigo 179 da Constituição da República Federativa do Brasil de forma a garantir o sucesso do certame, o tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte deverá ser aplicado da seguinte forma:

**10.6.1.1.** Não será estabelecida cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte (Art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006) uma vez que o parcelamento do objeto acarretaria indesejável heterogeneização de fornecedores, dificultando sobremaneira os processos de administração, diagnóstico, correção de falhas, etc;

**10.6.1.2.** Nos termos do artigo 38, § 10, da Resolução nº 6/2023-PGJ, de 14 de março de 2023, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015);

**10.6.1.3.** O certame será exclusivamente destinado à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (Art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006), sempre que o valor do item for inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

**10.6.1.4.** Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006).

**10.7. Exigências de habilitação:** para fins de habilitação, deverá a licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **10.7.1. Da Habilitação Jurídica**

**10.7.1.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

**10.7.1.2.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.7.1.3.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**10.7.1.3.1.** As exigências a serem comprovadas por documentação emitida em língua estrangeira serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre;

**10.7.1.3.2.** Para fins de assinatura do contrato, os documentos emitidos em língua estrangeira serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas;

**10.7.1.4.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.7.1.5.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**10.7.1.5.1.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **10.7.2. Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

**10.7.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**10.7.2.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**10.7.2.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**10.7.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**10.7.2.5.** A contratada deverá apresentar prova de regularidade fiscal perante o Fisco Estadual, conforme o local de seu domicílio ou sede, relacionada à atividade econômica pertinente ao objeto desta contratação que consiste no fornecimento de material de expediente, a fim de atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

**10.7.2.5.1.** Caso a contratada seja isenta da obrigação de inscrição ou de recolhimento de tributos junto à Fazenda Estadual, deverá apresentar declaração emitida pelo respectivo órgão fazendário, atestando tal condição.

**10.7.2.5.2.** A documentação relativa à regularidade fiscal poderá ser comprovada com certidões emitidas, por meio físico ou eletrônico, com validade na data de sua apresentação, conforme a legislação vigente.

## **10.7.3. Da Habilitação Econômico-Financeira**

**10.7.3.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

**10.7.3.2.** Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), conforme parecer n. 00017/2024/CNLCA/CGU/AGU, comprovados mediante a apresentação pela contratada de balanço patrimonial do último exercício social e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

**10.7.3.2.1.** Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;

**10.8.** A contratada deverá declarar sobre sua condição em relação ao cumprimento das seguintes exigências:

**10.8.1.** Da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (art. 68, VI, Lei nº 14.133/2021);

**10.8.2.** Declaração de não parentesco, ou seja, de que não se enquadra nas vedações estabelecidas pela Resolução nº 37 /2009 e suas alterações, do Conselho Nacional do Ministério Público;

**10.8.3.** Da reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (art. 63, IV; art. 92, XVII; art. 116 e art. 137, IX, todos da Lei nº 14.133/2021);

**10.9.** Em cumprimento ao disposto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, a empresa, provisoriamente classificada em primeiro lugar, quando convocada, deverá apresentar as Certidões Negativas referente ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, ambos mantidos pela Controladoria-Geral da União.

**10.9.1.** Para fins de formalização de contratação, bem como nas prorrogações de prazos de vigência de contratos, será exigida a apresentação das Certidões Negativas mencionadas no item anterior.

## **11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O valor total da contratação pelo período de **60 (sessenta)** meses é de **R\$ 101.911,75** (cento e um mil novecentos e onze reais e setenta e cinco centavos), conforme pesquisa de mercado.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. A contratação dos serviços está prevista no orçamento anual desta Instituição, Item DFD nº 817/2025, Contratação nº 568/2026, do Plano Anual de Contratações – PGJ – Funcional Programática nº 10.07101.03.091.0004.2062.0000 – PGJ – Natureza de Despesa – 33903016 – Material de Expediente.

## **13. CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

13.1. O valor contratual poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que vier a substituí-lo.

## **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**14.1.** Participar da reunião de alinhamento de que trata o item modelo de gestão de contrato, na data e horário marcados, conforme conveniência da Administração.

**14.2.** Cumprir todas as obrigações contratuais, assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**14.3.** Atender às normas de segurança do trabalho, sendo responsabilidade da contratada a fiscalização e o fornecimento dos equipamentos necessários para atendimento desse fim.

**14.4.** Atender as legislações municipal, estadual e federal vigentes, bem como a todas as normas técnicas relacionadas ao objeto da contratação.

**14.5.** Entregar os objetos ofertados nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos da contratação durante o período de duração do Contrato, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e local estabelecidos pelo MPMS:

- 14.6.** Providenciar o descarregamento e o transporte dos materiais até o setor responsável pelo recebimento.
- 14.7.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto da contratação.
- 14.8.** Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução contratual, bem como por todos os ônus referentes ao objeto desta contratação.
- 14.9.** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do objeto contratual ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do contratante.
- 14.10.** Responsabilizar-se por qualquer prejuízo causado ao contratante, a seus prepostos ou a terceiros, provocados por ação ou omissão da contratada, em decorrência de falhas ou imperfeições na execução contratual.
- 14.11.** Responsabilizar-se pelos eventuais danos ou desvios causados aos bens que lhe forem confiados, devendo efetuar o ressarcimento correspondente, imediatamente após o recebimento da notificação expressa da Administração, sob pena de suspensão de qualquer importância que tenha direito a receber.
- 14.12.** Garantir absoluto sigilo sobre todos os processos, informações e quaisquer outros dados disponibilizados pelo contratante.
- 14.13.** Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto desta contratação, sem prévia autorização do contratante.
- 14.14.** Esclarecer, em tempo hábil, eventuais dúvidas e indagações do contratante.
- 14.15.** Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo previsto em lei, pagando ainda todos os tributos e quaisquer encargos que forem devidos e relativos aos empregados utilizados na execução contratual.
- 14.16.** Os empregados e prepostos da contratada não terão qualquer vínculo empregatício com o contratante, correndo por conta exclusiva da primeira, todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.
- 14.17.** Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por empregados seus que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação do objeto aqui contratado, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com o contratante.
- 14.18.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.19. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.**
- 14.20.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 14.21. A contratada é obrigada a disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes:**
- 14.21.1. A contratada se responsabilizará pelo correio eletrônico fornecido, de modo que, qualquer alteração desse endereço deverá ser comunicada ao MPMS, considerando-se válida toda correspondência enviada ao endereço constante dos autos;**
- 14.21.2. Em se tratando de comunicação enviada pelo correio eletrônico, considera-se intimada a fornecedora no primeiro dia útil seguinte ao envio, iniciando-se a contagem do prazo no dia imediatamente posterior ao da intimação;**
- 14.21.3. A contratada deverá confirmar o recebimento das mensagens provenientes do MPMS, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.**

**14.22.** A contratada deve observar as disposições sobre a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, as quais estão previstas no item “*Da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)*” deste documento.

**14.23.** A contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos prevista em outras normas específicas.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**15.1.** Convocar a fornecedora para a reunião de alinhamento, a fim de atender ao previsto no item modelo de gestão de contrato, se for o caso.

**15.2.** Notificar a contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto contratado.

**15.3.** Proporcionar todas as facilidades para que a fornecedora possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratadas.

**15.4.** Aplicar as penalidades cabíveis.

**15.5.** Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

## **16. DAS SANÇÕES**

**16.1.** A empresa licitante ou contratada que descumprir, parcial ou totalmente, regra estabelecida no planejamento, no edital de licitação, nos instrumentos auxiliares, em aviso de dispensa e/ou em contrato firmado pelo MPMS, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa, fica sujeito às seguintes sanções administrativas, nos termos da Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024, e da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

**16.1.1.** Advertência;

**16.1.2** Multa;

**16.1.2.1.** Multa de mora por atraso injustificado na entrega do objeto ou na execução do contrato, que será calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período em que tenha ocorrido a falta, observando-se a relação proporcional dos dias/horas de atraso com o prazo de entrega ou execução contratualmente estabelecido, na forma a seguir disposta:

**I** – atraso de até 25% (vinte e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação – multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia/hora de atraso;

**II** – atraso entre 25,01 (vinte e cinco vírgula zero um) e 50% (cinquenta por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação – multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia/hora de atraso;

**III** – atraso entre 50,01 (cinquenta vírgula zero um) e 75% (setenta e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação – multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso;

**IV** – atraso superior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação – multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia/hora de atraso.

**16.1.2.2.** Compensatória, nos seguintes percentuais e observando-se os seguintes parâmetros:

**I** – de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, para aquele que não mantiver:

a) a regularidade dos documentos exigidos na habilitação e/ou não comunicar fato que altere sua condição;

b) preço, condição e/ou marca, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, para fins de contratação;

**II** – 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

**III** – de 20% a 30% (de vinte por cento a trinta por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período em que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial do contrato;

**IV** – de 25% a 30% (de vinte e cinco por cento a trinta por cento) sobre o valor estimado da contratação, em caso de:

a) apresentação de documentação ou declaração falsas durante a licitação/contratação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação/contratação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer outra natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação/contratação;

e) prática de ato lesivo à administração pública;

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou que lhe diminuam o valor ou, ainda, que estejam fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

**V** – 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado da contratação em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**16.1.2.2.1** – caso o contrato ainda não tenha sido celebrado, o percentual para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

**16.1.2.2.2** - No caso de inexecução parcial do objeto, mesmo quando houver interesse na continuidade da contratação, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não cumprida, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**16.1.2.2.3** - A inexecução parcial ou total do objeto, quando não houver interesse na continuidade da contratação, implicará a aplicação de multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

**16.1.2.2.4** – Nas hipóteses em que o percentual estabelecido para a aplicação de sanção for variável, a definição dependerá da especificidade do objeto e do seu impacto no funcionamento do MPMS, conforme parâmetros definidos no planejamento, no edital/instrumento equivalente ou no contrato.

**16.1.2.2.5** - Nos contratos de obras e demais serviços de engenharia, se for o caso, considera-se parcela inadimplida a etapa ou subetapa em que tenha ocorrido o atraso ou a inexecução e todas as demais (anteriores e/ou posteriores) que tenham sido impactadas pela falta administrativa, salvo disposição em contrário no planejamento, nos instrumentos auxiliares no instrumento convocatório e/ou instrumento contratual.

**16.1.2.2.6** - Em caso de infração praticada durante o procedimento de seleção, o fornecedor ficará sujeito à sanção de multa compensatória sobre o valor estimado para a contratação nos seguintes percentuais:

**I** – 10% (dez por cento) para as condutas tipificadas no art. 12 da Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024;

**II** – 15% (quinze por cento) para as condutas tipificadas no art. 13 da Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024.

**16.1.3.** Impedimento de licitar e contratar com o MPMS e com o Estado de Mato Grosso do Sul, observando-se os parâmetros e prazos estabelecidos na Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024;

**16.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, observando-se os parâmetros e prazos estabelecidos na Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024;

**16.2.** As sanções de advertência, impedimento de licitar/contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com as de multa.

**16.3.** A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a de declaração de inidoneidade.

**16.4.** A aplicação das sanções previstas neste termo, conforme Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024, não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

**16.5.** A Administração pode, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor presumido da multa, concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo, no qual será assegurado ao contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**16.5.1.** O valor de multa retido cautelarmente será liberado ao contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o provimento do recurso ou a reconsideração da decisão pela aplicação da sanção.

**16.6.** A multa deverá ser recolhida por meio de depósito bancário identificado na conta bancária informada pelo contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento pelo fornecedor sancionado, salvo se outro prazo e forma estiverem previstos no instrumento de planejamento da contratação;

**16.7.** Caso o fornecedor não efetue o recolhimento em conta, o valor da multa aplicada, observada a seguinte ordem, será:

I – desconto dos créditos a que fizer jus, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o interessado possua com o mesmo órgão ou a entidade sancionadora;

II – desconto do valor da garantia prestada, se for o caso;

III – cobrado judicialmente.

**16.7.1.** Quando a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor contratado, acrescido dos valores de garantia prestada, a diferença será apurada e cobrada pelo contratante, que intimará o fornecedor a efetuar o pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, por meio de depósito identificado, nos mesmos termos previstos no artigo 10 da Resolução nº 30/2024, de 1º de agosto de 2024.

**16.7.2.** Não sendo possível a quitação total dos valores apurados a título de multa e indenizações, o contratante encaminhará cópia do processo à Procuradoria-Geral do Estado para inscrição na dívida e cobrança judicial.

**16.8.** O prazo da sanção de impedimento de licitar e contratar com a administração pública estadual, após análise das circunstâncias agravantes e atenuantes por parte do Secretário(a)-Geral, será de no máximo 3 (três) anos.

**16.9.** O prazo da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública, após análise das circunstâncias agravantes e atenuantes, será de no mínimo 3 (três) anos e de no máximo 6 (seis) anos, conforme a gravidade da infração e o prejuízo causado em decorrência das irregularidades constatadas.

**16.10.** A aplicação de Sanções Administrativas observará o disposto na Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024, que “*regulamenta o processo administrativo, o procedimento de apuração e os parâmetros para aplicação de sanções administrativas por infração dos participantes de processos de seleção de fornecedores, incluídos procedimentos auxiliares, aos contratados pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e por seus fundos especiais e demais unidades gestoras subordinadas, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021*”.

## **17. DA CLASSIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES**

**17.1.** Classifica-se o presente Termo de Referência e os seus anexos como documento público, para fins de cumprimento do art. 21 da Lei nº 12.527/2011, conforme item 13 do Estudo Técnico Preliminar.



## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DJENE DE SOUZA**

Chefe do Setor de Contratos



*Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 15:44:53.*

**PAULO ROBERTO MARTINS CAVALARI**

Chefe do Departamento de Análise e Compras



*Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 15:37:02.*

**RENATA CAROLINE PEREIRA DE MACEDO**

Chefe do Departamento de Material e Patrimônio



*Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 15:20:38.*

**NADIA DE MOURA MATTOS MOTTA**

Diretora da Secretaria de Administração



*Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 18:52:33.*